

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
INTRODUÇÃO	13

PARTE I – NACIONALIDADE

CAPÍTULO I – EVOLUÇÃO DO DIREITO DA NACIONALIDADE	17
1. O conceito de nacionalidade	17
2. <i>Jus soli</i> e <i>jus sanguinis</i>	18
3. Das Ordenações Filipinas ao Código de Seabra	18
4. A Primeira República	19
4.1. Lei nº 2098, de 29 de julho de 1959	20
5. A Constituição de 1976	21
6. Decreto-Lei nº 308-A/75, de 24 de junho	22
7. Lei nº 37/81, de 3 de outubro	22
7.1. Alteração de 1994	23
7.2. Alteração de 2006	24
7.3. Alteração de 2013	26
7.4. Alteração de 2015	26
7.5. Alteração de 2018	26
7.5.1. Atribuição de nacionalidade	26
7.5.2. Adoção	27
7.5.3. Naturalização	27
7.5.4. Oposição à nacionalidade	29
7.5.5. Atividade administrativa	30
7.5.6. Alteração de 2020	31
7.5.7. Lei Orgânica nº 1/2024, de 5 de março	32
7.5.8. Omissão de regulamentação	36
8. Da cidadania europeia	37
9. Dupla nacionalidade	38
10. Portugal: fortaleza ou porta aberta?	39

11. Processos de concessão de nacionalidade	41
11.1. A demora	41
11.2. Balcões da Nacionalidade	44
11.3. Submissão online obrigatória	47
11.3.1. Situações abrangidas	47
11.3.2. Como utilizar?	49
11.3.3. Como submeter o pedido?	50
11.3.4. Como acompanhar o pedido?	50
11.4. Nova plataforma da Nacionalidade	51
CAPÍTULO II – MODOS DE ACESSO À NACIONALIDADE PORTUGUESA	53
1. Legislação	53
2. Atribuição e aquisição (conceitos)	54
3. Atribuição da nacionalidade	55
4. Aquisição da nacionalidade	56
CAPÍTULO III – ATRIBUIÇÃO	57
1. Atribuição por efeito da lei	57
2. Atribuição por efeito da vontade	59
2.1. Conhecimento da língua portuguesa	62
2.1.1. Fraca exigência	62
2.2. Teste de cidadania: caminho a seguir	63
3. Obrigação de registar	66
3.1. Registo online	67
3.2. Nomes admitidos	68
CAPÍTULO IV – AQUISIÇÃO POR EFEITO DA VONTADE	71
1. Aquisição por filhos menores ou incapazes	71
2. Aquisição em caso de casamento ou união de facto	72
2.1. Casamentos brancos ou de conveniência	72
3. Aquisição após obtenção da capacidade	77
4. Oposição à aquisição da nacionalidade por efeito da vontade	78
4.1. Inexistência de ligação efetiva	79
4.2. Condenação em pena de prisão	85
CAPÍTULO V – AQUISIÇÃO POR ADOÇÃO	87
1. Requisitos	87
2. Um caso falhado	89

CAPÍTULO VI – NATURALIZAÇÃO	99
1. Maiores	99
1.1. Regra geral	99
1.2. Residência legal	100
1.2.1. Comprovação da residência legal de cidadãos da União Europeia	100
2. Menores	101
3. Situações de exceção	101
4. Documentos	104
CAPÍTULO VII – JUDEUS SEFARDITAS	105
1. Um pouco de história	105
2. Aquisição por naturalização	107
2.1. Facilitismo	107
2.2. Um caso paradigmático: Roman Abramovich	113
2.3. Maior exigência (Decreto-Lei nº 26/2022, de 18 de março)	115
2.4. Lei Orgânica nº 1/2024, de 5 de março	117
3. Procedimentos	120
CAPÍTULO VIII – DESCOLONIZAÇÃO E NOVAS NACIONALIDADES	121
1. Os Ventos da História	121
1.1. Antes do 25 de Abril	121
1.2. O 25 de Abril e a Descolonização	123
1.2.1. Guiné-Bissau	124
1.2.2. Moçambique	124
1.2.3. São Tomé e Príncipe	124
1.2.4. Cabo Verde	124
1.2.5. Angola	125
1.2.6. Estado da Índia	125
1.2.7. Timor	125
1.2.8. Macau	125
1.2.9. Descolonização exemplar?	125
1.3. Reflexos na nacionalidade	126
1.3.1. Decreto-Lei nº 308-A/75, de 24 de junho	126
1.3.2. Críticas	128
1.3.3. Poderia ter sido diferente?	130
1.3.4. Correção de um problema (Lei Orgânica nº 2/2020, de 10 de novembro)	131
2. Estado da Índia Portuguesa	132
2.1. Passaporte para emigrar	132
2.2. Nacionalidade portuguesa dos goeses	134

2.2.1. Procedimento	135	
2.2.2. Combate à fraude	136	
2.2.3. Português ou indiano?	138	
3. Macau	140	
3.1. O dia em que Portugal encolheu	140	
3.2. Dificuldades	142	
3.3. Dupla nacionalidade	143	
4. República de Timor-Leste	145	
4.1. Vicissitudes	145	
4.2. Nacionalidade timorense	147	
4.3. O êxodo dos timorenses	147	
5. Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	150	
5.1. República de Angola	151	
5.1.1. Lei nº 2/2016	151	
5.1.2. Primeira Lei da Nacionalidade (<i>jus soli</i>)	152	
5.1.3. Situações complexas	152	
5.2. República de Moçambique	153	
5.2.1. Constituição de 2004	153	
5.2.2. Polémica sobre dupla nacionalidade	154	
5.2.3. Regresso a Moçambique	156	
5.3. República da Guiné Bissau	158	
5.3.1. Lei nº 2/92	158	
5.3.2. Presidente da República (restrições)	159	
5.4. República de Cabo Verde	161	
5.4.1. Lei 41/IVI/92	161	
5.4.2. Lei nº 33/2023	162	
5.4.3. Protestos	164	
5.5. República Democrática de São Tomé e Príncipe	165	
5.5.1. Lei nº 6/90	165	
5.5.2. Lei nº 7/2022	165	
CAPÍTULO IX – BRASIL		167
1. Nacionalidade portuguesa	167	
2. Requisitos	169	
2.1. Nacionalidade originária dos filhos	170	
2.2. Netos	170	
2.3. Casamento ou união de facto	171	
3. Documentos necessários	172	
4. Entrada e permanência em território nacional	172	
5. Estatuto de Igualdade de Direitos e Deveres	175	

6. Casamento de cidadãos portugueses com cidadãos brasileiros	175
7. Dupla nacionalidade	177

PARTE II – ENTRADA, PERMANÊNCIA, SAÍDA E AFASTAMENTO DE CIDADÃOS ESTRANGEIROS DE PORTUGAL

CAPÍTULO X – ENTRADA DE ESTRANGEIROS	181
1. Legislação	181
2. União Europeia: uniformidade de regras	182
3. Lei nº 23/2007, de 4 de julho	185
4. Condições de entrada em Portugal	185
4.1. Nacionais de países da União Europeia	185
4.1.1. Restrições à livre circulação de pessoas	186
4.1.2. Certificado de Registo	187
4.2. Cidadãos abrangidos por outras convenções internacionais	189
4.3. Cidadãos com título de residência	190
4.4. Entrada por fronteira não sujeita a controlo/declaração de entrada	190
4.5. Residente não habitual	190
4.5.1. Regime	190
4.5.2. Privação de impostos	191
4.5.3. Fim do RNH e regime transitório	193
4.6. Vistos	193
4.6.1. Visto Schengen	194
4.6.2. Vistos concedidos no estrangeiro	195
4.6.3. Condições essenciais	203
5. Entrada no país	206
6. Obrigações das transportadoras	206
7. Prorrogação de permanência	207
8. Extinção do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF)	207
9. Reestuturação	209
9.1. Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA)	209
9.2. Forças policiais	210
9.3. Instituto dos Registos e Notariado (IRN)	211
9.4. Unidade de Coordenação de Fronteiras e Estrangeiros (UCFE)	211
CAPÍTULO XI – RESIDÊNCIA EM PORTUGAL	213
1. Necessidade de autorização	213
1.1. Duração da autorização de residência	214
2. Tipos de autorização	215
2.1. Exercício de atividade profissional subordinada	215

2.2. Lei nº 27/2007, de 4 de julho (versão inicial)	215
2.3. Lei nº 59/2017, de 31 de julho	217
2.4. Lei nº 28/2019, de 29 de março	218
2.5. Subversão das normas comunitárias	220
2.6. Medidas conjunturais	220
2.7. Fim da manifestação de interesse	222
2.8. Lei nº 9/2025, de 13 de fevereiro (autorizações CPLP)	222
3. Reagrupamento familiar	223
4. Vítimas de tráfico de pessoas ou de ação de auxílio à imigração ilegal	227
5. Situações especiais	227
6. Regime excepcional	228
7. Direitos dos titulares de autorização de residência	229
7.1. Reconhecimento de habilitações e competências	231
8. Renovação automática das autorizações de residência	232
 CAPÍTULO XII – VISTOS GOLD	233
1. Acesso	233
1.1. Regime inicial	234
1.2. Alterações	235
2. Polémica	237
3. Regime atual	241
4. Benefícios	243
 CAPÍTULO XIII – SANÇÕES	245
1. Crimes	245
1.1. Investigações	245
1.2. Auxílio à imigração ilegal	251
1.3. Angariação de mão de obra ilegal	253
1.4. Utilização da atividade de cidadão estrangeiro em situação ilegal	254
1.5. Casamento ou união de conveniência	254
1.6. Violação da medida de interdição de entrada	256
2. Contraordenações	257
 CAPÍTULO XIV – DIREITO DE ASILO	259
1. Imigrante versus refugiado	259
2. A crise migratória na Europa	261
2.1. O crescimento da xenofobia	262
3. Reconhecimento do direito de asilo	263
3.1. Antecedentes históricos	263
3.2. Consagração legal	263

4. Conteúdo do direito de asilo	265
4.1. Princípio do acolhimento	265
4.2. Princípio do <i>non refoulement</i>	266
5. Beneficiários	268
5.1. Motivações económicas	270
6. Formas de proteção	271
6.1. Proteção subsidiária	271
6.2. Cidadãos ucranianos	273
7. Garantias procedimentais	273
8. Efeitos do pedido	280
9. Garantias contenciosas	282
10. Efeitos da decisão favorável	283
11. Novo Pacto sobre migração e asilo na União Europeia	284
11.1. O projeto	284
11.2. Aprovação e entrada em vigor	286

PARTE III – MEIOS PROCESSUAIS ADMINISTRATIVOS E CONTENCIOSOS

CAPÍTULO XV – PROCESSOS DE NACIONALIDADE	291
1. Tramitação administrativa dos processos de nacionalidade	291
1.1. Competência	291
1.2. Tramitação	292
2. Meios de reação	293
2.1. Recurso hierárquico e ação de impugnação e condenação à prática do ato devido	293
2.2. Intimação para proteção de direitos, liberdades e garantias	296
2.3. Ação de oposição à aquisição de nacionalidade	297
CAPÍTULO XVI – PROCESSOS LEI DOS ESTRANGEIROS	299
1. Recusa na concessão de visto	299
1.1. Recusa na concessão de autorização de residência	300
1.2. Processo de intimação	300
2. Reagrupamento familiar	304
3. Afastamento coercivo	305
4. Expulsão	306
5. Tribunal especializado em imigração e asilo	307
BIBLIOGRAFIA	309

Lei da Nacionalidade atualizada (LEI N ^º 37/81, DE 3 DE OUTUBRO)	311
TÍTULO I – Atribuição, aquisição e perda da nacionalidade	311
CAPÍTULO I – Atribuição da nacionalidade	311
CAPÍTULO II – Aquisição da nacionalidade	312
SECÇÃO I – Aquisição da nacionalidade por efeito da vontade	312
SECÇÃO II – Aquisição da nacionalidade pela adoção	313
SECÇÃO III – Aquisição da nacionalidade por naturalização	313
CAPÍTULO III – Perda da nacionalidade	316
CAPÍTULO IV – Oposição à aquisição da nacionalidade por efeito da vontade	316
CAPÍTULO V – Efeitos da atribuição, aquisição e perda da nacionalidade	317
CAPÍTULO VI – Disposições gerais	318
TÍTULO II – Registo, prova e contencioso da nacionalidade	320
CAPÍTULO I – Registo central da nacionalidade	320
CAPÍTULO II – Prova da nacionalidade	321
CAPÍTULO III – Contencioso da nacionalidade	322
TÍTULO III – Conflitos de leis sobre a nacionalidade	323
TÍTULO IV – Disposições transitórias e finais	323